



## ***CONCLUSÕES do 1.º Encontro de Desembargadores das Secções Sociais dos Tribunais da Relação***

A realização do 1.º Encontro das Secções Sociais dos Tribunais da Relação teve lugar no dia 27 de junho de 2018, na sala de sessões da Secção Social do Tribunal da Relação de Lisboa, tendo sido aberta pela Presidente da Secção anfitriã juíza desembargadora Paula Sá Fernandes e depois continuada com as intervenções dos representantes designados pelas cinco secções sociais presentes e com a participação livre e informal dos demais colegas presentes.

Estiveram presentes 29 dos 33 juízes desembargadores em exercício nesta Jurisdição em Portugal.

Foram muitas e variadas as temáticas abordadas, sendo possível destacar e sintetizar as problemáticas debatidas nas seguintes *Conclusões*:

1) Tendencial procura de consensos nas questões jurídicas idênticas dentro da mesma Secção Social, vg. quando tais questões se colocam no âmbito da mesma organização empresarial ou se revestem de carácter procedimental, sem quebra da independência funcional e dos imperativos de consciência de cada juiz desembargador.

2) Estabelecimento de linhas permanentes de comunicação e debate, de carácter informal e reservado, entre as cinco secções dos Tribunais da Relação.

3) Inevitável alargamento aos tribunais da 2.ª instância do processo eletrónico e do trabalho quotidiano com a plataforma CITIUS, tendo em consideração que alguns Tribunais da Relação (como é o caso de Évora e Coimbra, por exemplo) já estão a funcionar com a mesma, tendo-se discutido as vantagens e as desvantagens que o sistema atualmente apresenta, designadamente quanto à sua obrigatoriedade ou facultatividade, à necessidade de formação, ao equipamento e *software* necessários, à utilização do VPN ou de outros sistemas alternativos de acesso ao CITIUS, à lentidão desta plataforma, aos dados que devem constar desta última, aos utilizadores que deles podem tomar conhecimento, à frequente incompletude do processo eletrónico, etc.

Isolamento e distanciamento entre juízes desembargadores que o sistema pode potenciar, mitigando e desvirtuando a necessária discussão e reflexão inerentes à colegialidade das decisões.

4) Intercâmbio e colaboração entre os Tribunais da Relação e as Universidades, destacando-se, a esse nível, o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Tribunal da Relação do Porto, com a criação e frequência de cursos de pós-graduação pelos juízes desembargadores interessados (designadamente, no plano do Direito do Trabalho).



5) Melhoria do sistema de busca e informação direta dos instrumentos de regulamentação coletiva sucessivamente aplicáveis em cada setor de atividade (neles se incluindo as Portarias de Extensão), ao nível das plataformas informáticas existentes (BTE, PGR, etc.), devendo-se sensibilizar os Presidentes dos Tribunais da Relação assim como o próprio Conselho Superior da Magistratura para o problema, de forma a serem desenvolvidas diligências com vista a melhorar a qualidade da informação prestada assim como o célere e eficaz acesso e recolha da mesma.

6) Melhoria da qualidade das Bases de Dados jurisprudenciais existentes, designadamente, no plano dos descritores e dos motores de pesquisa disponibilizados, que são muito pouco eficientes e seletivos.

7) Melhoria da informação imediata e quotidiana ao nível da legislação e jurisprudência internacionais relevantes (EU, TJUE, TEDH, OIT, Convenções, etc.), por parte do CEJ, PGR, etc.

8) Necessidade imperiosa de assessoria nos Tribunais da Relação, a fim de melhorar as condições de trabalho dos desembargadores com reflexos imediatos na produtividade do seu trabalho.

9) Posição de cada uma das Secções Sociais relativamente a algumas das grandes problemáticas jurisprudenciais que surgem ou surgiram, com frequência, nos Tribunais da Relação: impugnação da matéria de facto, natureza retributiva das prestações, em função do número de meses em cada ano, em que foram recebidas pelo trabalhador (TAP, PT, CTT, MEO, etc.), ARECT (questões várias), prescrição dos juros de mora, princípio da culpa nas contraordenações laborais, fundamentação dos laudos dos peritos médicos nos processos de acidentes de trabalho, ações da RTP (fundamentos vários de recurso) e semana de 12 dias de trabalho seguidos (direito e jurisprudência comunitárias), sendo que relativamente às duas primeiras questões tem sido marcante a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça.

A Relação de Guimarães realçou ainda um elevado e preocupante número de processos de acidentes de trabalho na área da sua jurisdição.

10) Foi especialmente debatida a problemática do reenvio prejudicial e dos termos e limites da vinculação dos tribunais nacionais, face a novas posições assumidas pela doutrina e à própria alteração e evolução da jurisprudência comunitária.